

LUCAS BRAGA

Série: *Bairro Santa Helena*, técnica mista, 2013



CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS, CONSUMO E VALORAÇÃO SOCIAL*

BEATRIZ JUDICE MAGALHÃES**

RESUMO A partir de cinco entrevistas com catadores de materiais recicláveis, são realizadas reflexões a respeito das relações entre catadores, consumidores e sociedade brasileira num contexto mais geral. Tendo em vista acontecimentos como a criação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (2001) e a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), buscamos trazer à tona questões relacionadas à ascensão do paradigma ambiental, aos preconceitos historicamente sofridos pelos catadores e às possibilidades de reconhecimento e valorização do seu trabalho.

PALAVRAS-CHAVE Catadores de materiais recicláveis. Sociedade brasileira. Liminaridade.

RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS, CONSUMERISM AND SOCIAL APPRAISAL

ABSTRACT Starting from five interviews with collectors of recyclable materials, the relationship among collectors, consumers and the Brazilian society in a broader context is considered. Taking into account events like the creation of the National Movement of Recyclable Material Collectors (2001) and the approval of the National Policy of Solid Waste (2010), issues related to the rise of environmental paradigm, historically prejudiced collectors and possibilities of recognition and appreciation of their work are approached.

KEYWORDS Waste collectors. Brazilian society. Borderline situation.

* Trabalho realizado a partir de pesquisa de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais, que originou a dissertação *Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira*, sob orientação da Prof^a Deborah de Magalhães Lima e defendida em junho de 2012.

** Pesquisadora Associada do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo – IPC-IG (Brasil).
E-mail: <beatriz.magalhaes@ipc-undp.org>.

No meio das coisas jogadas fora pela cidade vivia uma população de pessoas, elas também jogadas fora, postas à margem, ou então pessoas que tinham se jogado fora por vontade própria, ou que tinham se cansado de correr pela cidade para vender e comprar coisas novas destinadas a envelhecer imediatamente; pessoas que tinham decidido que somente as coisas jogadas fora eram a verdadeira riqueza do mundo.

(CALVINO, 2007)

Passíveis, se quisermos, de receberem o mesmo olhar poético que é remetido pelo escritor na epígrafe acima, os catadores de materiais recicláveis, categoria longevamente presente nas grandes e pequenas cidades brasileiras, se constituíram como executores de seu ofício primordialmente por necessidade de sobrevivência. A organização da categoria existente atualmente, que pode ser observada em entidades como a Asmare (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte) e o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis) não oblitera o fato de estas pessoas, em sua grande maioria, serem original e ainda atualmente trabalhadores que catam materiais recicláveis como uma das únicas opções disponíveis para a sobrevivência por meio do trabalho (DIAS, 2002a). Essa mesma organização tampouco transcende uma realidade que se faz presente de forma maciça nas nossas cidades: a de catadores que trabalham sozinhos, sem pertencerem a alguma associação, cooperativa ou movimento, e que, portanto, se encontram mais expostos às chamadas situações de vulnerabilidade social, como a falta de moradia, bem como a situações de restrição de poder de barganha em negociações com os atravessadores, para quem o material catado é vendido.

Se, de um lado, a situação que os catadores vivem pode ser lida em termos que dizem respeito à fragilidade e à vulnerabilidade, sob outro ponto de vista observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria. Essa capacidade traz implicações únicas simultaneamente nos planos social, econômico e ambiental, a saber:

1) o lixo/material reciclável a ser transformado em mercadoria cristaliza as relações sociais entre as pessoas e das pessoas com ele próprio; 2) uma vez tirado do seu “destino” de descarte pelo catador, o material tem seu *status* transformado de “lixo” a algo que tem valor econômico; 3) essa reorientação no destino do material promove benefícios ecológicos para a natureza e para a sociedade.

Proposições

Procuramos, aqui, realizar um estudo que busque fornecer subsídios para o maior entendimento de questões como as seguintes: do ponto de vista dos catadores, existe um desejo manifesto de inclusão na sociedade? Há uma percepção de ocorrência de preconceitos por parte da sociedade? Há, em relação aos últimos anos, a percepção de uma mudança positiva na forma pela qual a sociedade vê o grupo? Quais são as principais demandas desses trabalhadores junto à sociedade em geral e a algumas de suas instâncias específicas, como governos e setores empresariais? Ao mesmo tempo, também buscamos lançar luz à forma pela qual os catadores lidam com o trabalho e com o material coletado, procurando observar se há, por parte dos entrevistados, uma consciência dos serviços prestados à sociedade e uma necessidade e reivindicação do reconhecimento desses serviços.

As observações empíricas doravante mencionadas foram obtidas em pesquisas de campo realizadas entre agosto de 2010 e fevereiro de 2012, em Belo Horizonte. A pesquisa teve início durante o CATAFORTE, curso de capacitação dos catadores promovido pelo governo federal e executado pelo INSEA (Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável). Ao longo de 2011, foi realizado um trabalho de campo em diversos eventos cujo público principal era também constituído por catadores, a saber: o “Seminário Regional sobre a aplicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a constituição de redes de organizações de catadores”, o “Encontro Estadual por uma Minas com Coleta Seletiva e Inclusão Socioprodutiva dos catadores”, a Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos em Minas Gerais e o 10º Festival Lixo e Cidadania.

Durante os eventos mencionados, pude realizar quatro entrevistas com catadores presentes, três deles lideranças da categoria em Minas Gerais: Dona Geralda, 61 anos,

uma das fundadoras da Asmare; Madalena, 50 anos, natural de Itaúna; e Gilberto, 37 anos, catador oriundo de Contagem; os dois últimos, líderes do MNCR. Entrevistei ainda Cleide, uma catadora de Justinópolis, cujo ingresso na atividade na reciclagem é recente, tendo ocorrido há dois anos. A entrevista com Alair, catador de 33 anos oriundo de Santa Luzia que trabalha sozinho na capital mineira, foi realizada proxima-mente a um local de catação do material. As cinco entrevistas constituem o principal foco de análise empírica do artigo, que busca, também, traçar um panorama contextual a respeito dos catadores de materiais re-cicláveis no Brasil, com destaque para Belo Horizonte e seu entorno.

Nesse sentido, o trabalho de cam-po realizado possibilitou, além das en-trevistas mencionadas, o contato com catadores de diversas cidades e regiões, os quais, conquanto vivenciem contextos em algum grau diversos, partilham de experiências e situações muitas vezes essen-cialmente semelhantes; assim, conformam uma categoria na medida em que se reúnem para participar de cursos de capacitação e eventos de mobilização e reivin-dicação de direitos junto à sociedade e ao poder público.

Para o caso de Belo Horizonte, registros históricos apontam que os catadores já atuavam na cidade pelo menos desde a década de 1930

A constituição de uma categoria

A busca da sobrevivência por meio da catação e revenda de materiais descartados é atividade presente há várias décadas nas grandes e pequenas cidades brasileiras. Se nos voltarmos mais a fundo para o caso de Belo Horizonte, registros históricos apontam que os catadores já atuavam na cidade pelo menos desde a década de 1930 (DIAS, 2002a). Até 1975, ano em que foi criado o Aterro Sanitário da cidade, o lixo era depositado em uma das chamadas “bocas de lixo”, no Morro das Pedras. A partir dessa data, ainda segundo Dias (2002b, p.1), “a catação de recicláveis na cidade passa a ter no espaço da rua o seu lócus privilegiado”.

A autora (2002a, 2002b) descreve também a ocorrência, no período de 1979 a 1992, das “operações limpeza” promovidas pelos fiscais da prefeitura, que eram tentativas de expulsar os catadores das ruas da cidade, confiscando seus materiais e promovendo a intimidação dos trabalhadores. Cabe lembrar que os catadores não dispunham de galpões ou outros locais para realizar a separação do material, que, portanto, era realizada nas ruas. As tentativas sucessivas de retirada dos catadores das ruas da cidade, bem como a promoção de uma imagem do catador como marginal (DIAS, 2002b) são ações que demonstram a existência, no período, de uma relação altamente conflituosa entre o segmento e o poder público municipal.

Com a fundação da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte, a Asmare, a situação dos catadores de Belo Horizonte passou por uma forte transformação. Freitas (2005) e Dias (2002a) descrevem o processo de fundação da Associação como uma reação à marginalização e criminalização impostas pela sociedade e pelo poder público.¹ A criação da associação fundamenta a conquista do grupo pelo direito ao seu trabalho, tendo possibilitado, ainda, uma série de outras conquistas importantes: a construção do galpão-sede da associação, na Avenida do Contorno, em 1992; um convênio com a prefeitura para a manutenção do galpão, no mesmo ano; o reconhecimento formal, por parte da prefeitura, da Asmare como parceira prioritária da coleta seletiva em Belo Horizonte, em outubro de 1993.

Em 1999, foi realizado, precisamente em Belo Horizonte, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Papel. Em 2001, surgiu oficialmente o MNCR (Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis), graças à articulação, em nível nacional, das demandas e lutas por direitos comuns, em diversas partes do país, relativas ao reconhecimento e à valorização, pela sociedade em geral e pelo poder público em especial, dos serviços prestados pelos catadores.²

Dos catadores de lixo aos catadores de materiais recicláveis

É interessante notar que, nas entrevistas com as lideranças de organizações (Dona Geralda, Madalena e Gilberto), a enumeração de dois tempos, um mais antigo, em que os catadores eram marginalizados pública e oficialmente, e um mais recente, em que a atividade do catador passa a ser mais valorizada e ele é considerado parceiro do poder público, é evocada recorrentemente:

Eu comecei a catar papel com oito anos de idade, né. Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo, ninguém tinha visão de meio ambiente, ninguém nem sabia o que era o meio ambiente. E a gente conseguiu achar alternativa de trabalho foi no material reciclável. [...] (A situação do catador) é melhor hoje do que quando eu comecei, né... Mas precisa ser muito mais melhorada ainda. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

1. A partir de um trabalho empreendido pela Pastoral de Rua, que visava resgatar junto ao grupo as dimensões da dignidade e da cidadania (DIAS, 2002a; FREITAS, 2005), um grupo de catadores organizou um movimento de mobilização pelo “reconhecimento do trabalho do catador enquanto categoria profissional, tanto pelo poder público como pela população” (DIAS, 2002a, p. 58), que culminou com a fundação da Asmare, em 27 de abril de 1990, inicialmente com 10 associados.

2. Hoje, de acordo com informação prestada por Gilberto, o MNCR estima que haja cerca de um milhão de catadores no Brasil, dos quais 187.000 integram o movimento. O MNCR busca, entre os seus objetivos mais gerais, a valorização dos catadores, a autogestão e o controle da cadeia da reciclagem (MNCR, 2012). Em Magalhães (2012) mostramos que a criação do MNCR e o processo de reivindicação por demandas e direitos a ela relacionados são fatores importantes para a ocorrência de, no período 2003-2011, importantes desdobramentos para os catadores no âmbito das políticas públicas em nível federal, estadual e municipal.

(A situação do catador) melhorou muito. Mas também cabe a nós ter muita responsabilidade com os resíduos. Assim, a gente hoje é reconhecido, as cooperativas estão organizadas, as associações [...] Muita coisa foi conquistada. Mas muita ainda tem que ser conquistada, e muitas lutas virão, e a gente tem que estar atento por elas, por esses desafios. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

(O catador, aos poucos) vai sendo mais reconhecido, o pessoal dá serviço, a sociedade vai tendo outra visão, passa a ter outra visão do catador... Porque antigamente tinha uma visão muito ruim: “Ah, aquele cara ali, ah aquele é um ladrão, aquele é isso, é aquilo”, uma visão negativa... E hoje, não vou falar todas as pessoas, toda a sociedade... Mas quem convive com o catador organizado já mudou esse conceito, aí vê que os caras trabalham, passa a conhecer as pessoas, cria vínculo com os catadores. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

No entanto, a ideia de que os preconceitos em relação aos catadores teriam diminuído sensivelmente ao longo dos últimos anos não aparece de forma consensual nas entrevistas. Embora nas falas de Dona Geralda, Madalena e Gilberto tenha sido relatada uma melhora em relação a tais preconceitos, na entrevista com Cleide houve uma ponderação em relação à questão:

Tem assim, tá dividido... Tem certos locais que nós vamos, igual assim, a gente tem condomínios, tem escolas... Um grupo de pessoas te apoia, outros já olham a gente com um ar assim meio de desdém, ainda, sabe, reprovando... [...]

Aí a gente tá esperando, né, vê se a gente consegue ou se sai o nosso galpão. [...] O projeto saiu, saiu até no jornal, o local [...] a comunidade não aceitou, falou que não queria o pessoal de lixão, prostituta, ladrão, traficante, chamaram a gente assim: “Ah não, vai vir prostituta, vai vir ladrão, maconheiro, a gente não quer esse bando de lixeiro aqui não...” (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

A afirmação referida por Cleide reflete a prevalência de preconceitos em relação aos catadores. Assim, o passado descrito por Dona Geralda (“Naquele tempo, as pessoas eram tratadas como lixo”) se mostra, aqui, presente. Além do mais, é interessante mencionar uma fala de Alair, “Eles falam que catar material não é trabalho, mas eu acho que é trabalho sim”, em que existe a indicação de um juízo negativo a respeito da atividade da catação por parte de alguém ou algum grupo para quem “catar material não é trabalho”.

Os preconceitos manifestados por diversos indivíduos/instâncias da sociedade em relação aos catadores são, então, muitas vezes, referentes a uma associação desses trabalhadores ao lixo na acepção de algo sujo, descartável, que incomoda. Assim, paradoxalmente, os catadores, em parte responsáveis pela limpeza das ruas e pela redução do lixo, são considerados “sujos”. Exemplos disso são as “operações-limpeza”, realizadas pela SLU de Belo Horizonte no passado; as denominações pejorativas recebidas por catadores relatadas em diversos trabalhos de campo (ver, por exemplo, FREITAS, 2005). No entanto, muitas vezes são eles que se percebem como realizadores de atividades que promovem a limpeza, e, associada a ela, a preservação do meio ambiente. Durante as entrevistas, pude perceber que esse papel é assumido e, ainda, reivindicado, muitas vezes de maneira a colocar os catadores em oposição a segmentos da população que não se preocupam com a coleta seletiva.

Assim, nos casos aqui analisados, indagamo-nos se, ao classificar os catadores pelos rótulos acima mencionados, os sujeitos não colocam seus preconceitos derivados da clivagem socioeconômica da sociedade bem como da aversão ao “lixo” e à “sujeira” acima do significado real da atividade dos catadores. Essa hipótese, caso confirmada, nos anuncia a existência do seguinte paradoxo: os que limpam são considerados sujos pelos próprios principais geradores dos resíduos. A existência desse esquema organizativo nos remete fortemente às ideias de Douglas (2010), que enfatiza o papel dos sistemas simbólicos na elaboração dos esquemas ordenadores relativos à limpeza e à sujeira, inclusive nas sociedades contemporâneas. Para a autora, é necessário que abstraíamos as noções de higiene e patogenicidade do nosso conceito de *sujeira* para conseguirmos visualizar que, embora tais conceitos ajam ativamente para que algo seja considerado sujo, há, ainda, a atuação de um outro componente: a ordem das coisas.

Assim, dentro da lógica organizativa segundo a qual o que se descarta é lixo, por definição, *sujo*, estabelece-se que quem trabalha com esse material seria também

Dentro da lógica organizativa segundo a qual o que se descarta é lixo, por definição, sujo, estabelece-se que quem trabalha com esse material seria também ‘sujo’

“sujo”. Cabe aqui lembrar, por exemplo, o próprio nome das ações do Serviço de Limpeza Urbana de Belo Horizonte que visavam despejar os catadores das ruas da cidade: “operações limpeza”, uma denominação bastante sugestiva nesse sentido.

Como a marginalização pode ocorrer, ainda, pelo fato de eles lidarem com resíduos, e o nome “catadores de lixo” adquirir, para muitos membros de classes de maior poder aquisitivo, conotação pejorativa, é emblemático e não trivial o fato de vários catadores organizados se autodenominarem “catadores de material reciclável”, tendo batizado a principal organização nacional da categoria de “Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis”. O incômodo dos entrevistados com a utilização recorrente do termo por parte de várias pessoas/segmentos da sociedade parece ser tão grande que, durante as falas, foram realizadas correções e observações a respeito:

Na verdade, tem uma coisa que o pessoal usa muito, que é falar essa palavra lixo. Não é lixo, é material reciclável. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Não é lixo, né?... Não existe lixo. Eu falo que, se fosse lixo, eu não tinha criado nove filhos, não tava aí até hoje trabalhando, né? Então, não é lixo. É matéria que sai extraída da natureza e que as pessoas não dá o destino correto pra elas. Nós dá esse destino há muitos anos. Nós sabe como fazer isso. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

A fala de Gilberto originou-se de uma observação minha a respeito da coleta seletiva, na qual, ressaltado, não mencionei a palavra “lixo”. No caso de Dona Geralda, conversávamos a respeito do trabalho dos catadores quando surgiu o reparo. Assim, as observações de ambos podem ser interpretadas como reações a colocações feitas recorrentemente em relação a essa terminologia, muitas vezes de forma pejorativa, e que são, sob o seu ponto de vista, errôneas. Uma das conclusões interessantes a que chegamos, então, é que, do ponto de vista dos catadores, o material coletado não é considerado lixo. As denominações utilizadas por eles para o material, de acordo com o que se pôde observar, são “reciclagem”, “reciclado” ou “material reciclável”. Este último termo é o mais utilizado oficialmente pelos grupos de catadores nas reivindicações e eventos dos quais participei, tendo sido, inclusive, o termo escolhido para ser utilizado no próprio nome do movimento.

Para refletir a respeito dessa preocupação, transcrevemos a seguir as definições



do termo *lixo* que constam em dois dos principais dicionários do português brasileiro:

Lixo: 1. Qualquer objeto sem valor ou utilidade ou detrito oriundo de trabalhos domésticos, industriais etc. que se joga fora 2. Recipiente próprio para acondicionar lixo 3. coisa ordinária, malfeita, feia 4. Pessoa sem qualquer dote moral, físico ou intelectual 5. A camada mais baixa da sociedade; escória, ralé (*Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, 2001)

Lixo: [De or. obscura] S.m. 1. Aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua, e se joga fora; entulho. 2. P. ext. Tudo o que não presta e se joga fora. 3. Sujidade, sujeira, imundície. 4. Coisa ou coisas inúteis, velhas, sem valor. 5. Restr. Resíduos que resultam de atividades domésticas, industriais, comerciais, etc. 6. Fig. V. ralé (1). (*Novo Aurélio Século XXI - FERREIRA*, 1999)

Além de o termo “lixo” ser rejeitado em razão das conotações negativas que a palavra traz, deve-se mencionar, também, que, semanticamente, ele só é aplicável a quem o descarta. Para as pessoas que recolhem o material e lhe dão um destino diferente do descarte, o termo “lixo”, no estrito sentido do termo, não é correto, já que se trata precisamente do material que irá ser aproveitado para lhes prover o sustento. Num certo sentido, o “lixo” de alguns é o sustento de outros, tanto diretamente, como no caso dos catadores que pegam restos de comida, como no caso dos que apreendem o “lixo reciclável” e o transformam em “material reciclável”.

De fato, o aparente simples ato de os catadores pegarem esses resíduos já promove uma verdadeira transformação no *status* do que foi jogado fora: o que *era* lixo passa a ser algo não só *reciclável*, mas que irá, de fato, ser *reciclado*: ainda que, intrinsecamente, antes da coleta, o lixo já seja dotado desse estatuto de “reciclável”, trata-se, até então, de uma mera potencialidade, que poderá ou não ser realizada. E é precisamente a atuação do

catador que condiciona a realização dessa possibilidade. Embora o catador não represente o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo (condição de *lixo*) e a sua reutilização na indústria, é ele quem promove a transformação do *status* do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização pelo consumidor, o material reciclável *como tal* é, de fato, criado pelo catador.

Do lixo à mercadoria

Assim, quando é objeto da ação do catador, o lixo passa a ter *status* de mercadoria, ilustrando a definição de mercadoria de Appadurai (2010), associada à transitoriedade do estado das coisas. Segundo o autor, as mercadorias podem ser definidas como “coisas que, numa determinada *fase* de suas carreiras e em um contexto particular, preenchem os requisitos da candidatura ao estado de mercadoria” (*idem*, p. 29). Para ser mercadoria, assim, o objeto em questão precisa estar inserido num contexto mercantil, por meio do qual pode ser estabelecido “o vínculo entre a candidatura de uma coisa ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira” (*idem*, p. 30).

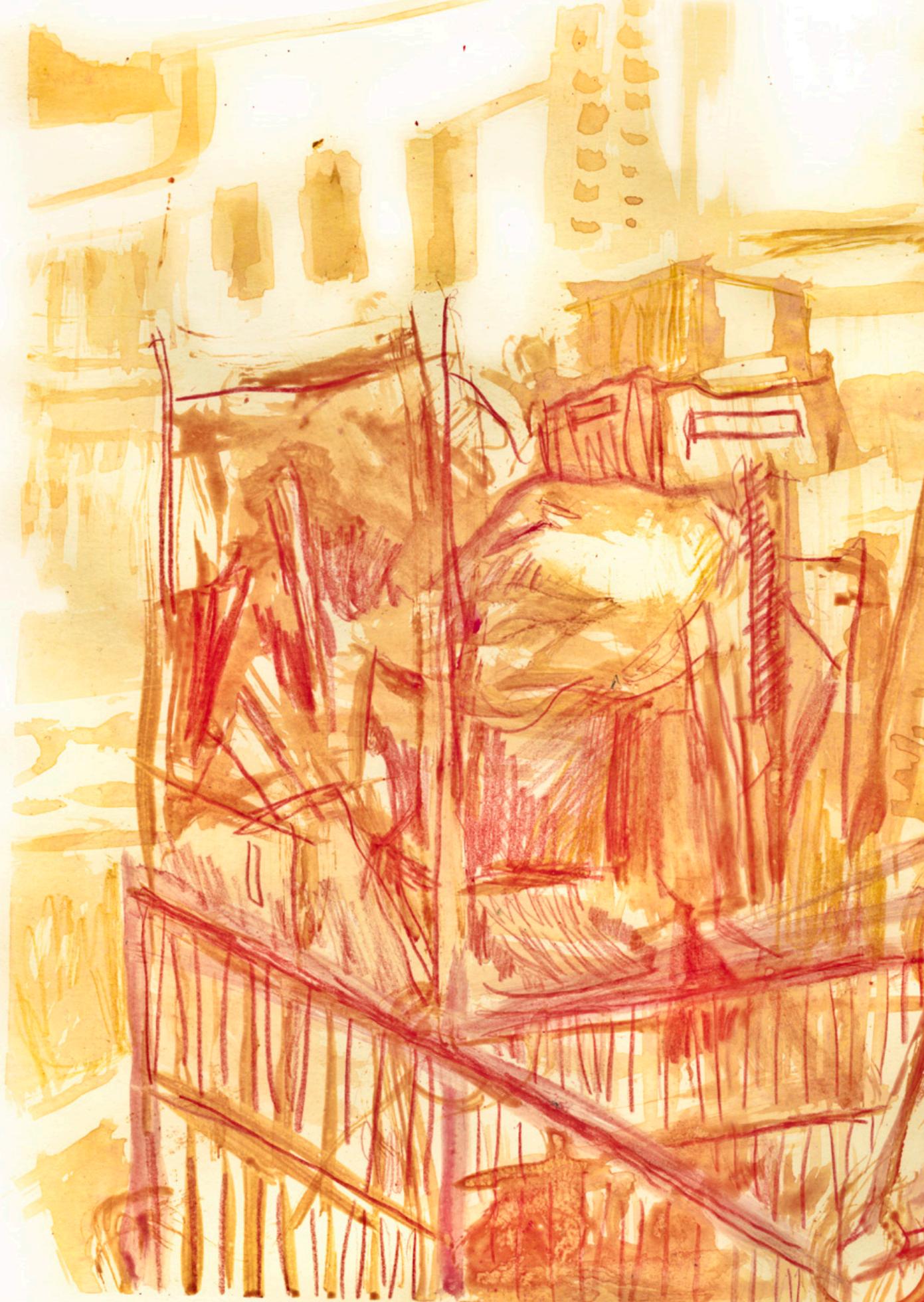
Se adotarmos a definição clássica de mercadoria proposta por Marx, segundo a qual os atributos necessários para que algo possa ser considerado pertencente a tal categoria são o valor-de-uso e o valor-de-troca (MARX, 2004), observamos que é a utilidade adquirida pelo lixo que o leva a ser passível de ter sua condição modificada para aquela de mercadoria. Uma vez dotado do atributo de algo potencialmente útil, portanto dotado de valor-de-uso, e, em seguida, ao ser apreendido pelos catadores para ser comercializado na cadeia de reciclagem (ou seja, possuindo, também, valor-de-troca), o material passa a ser mercadoria no sentido marxiano. Nas palavras de Marx, “(as coisas) só são mercadorias por sua duplicidade, por serem ao mesmo tempo objetos úteis e veículos de valor” (MARX, 2004, p. 69). Ao reinserir o material no ciclo de comercialização, o catador realiza a utilidade potencial que ele possui, ao mesmo tempo que evidencia o valor-de-troca que ele pode ter, por meio do qual garante a sua sobrevivência. É assim que ocorre o processo de resignificação do lixo (algo *inútil*) em mercadoria (algo *útil*, dotado de valor-de-uso e de valor-de-troca).

Segundo a conceituação de Simmel, para quem a fonte do valor das coisas reside no desejo das pessoas de obtê-las (SIMMEL, 1971), podemos dizer que, após passar pelo processo de reciclagem e se tornar um novo produto, o lixo passa do *status* de algo desprezado (portanto, não desejado por quem o descarta) para o de algo desejado, passando, então, à condição de coisa que tem valor. Observa-se, assim, que, de acordo com diferentes definições de “mercadoria” (Appadurai e Marx) e da origem do valor que as dota (Marx e Simmel), a transformação propiciada pela atuação dos catadores é radical, significando, do ponto de vista do consumidor, a passagem de um extremo a outro na escala de valorização das coisas.

É precisamente a utilidade do material que é levada em conta por lideranças e também oficialmente pelo MNCR para distinguir as categorias “lixo” e “material reciclável”, distinção que servirá como suporte para que os catadores se autodenominem “catadores de material reciclável”.

Educadores ambientais ou o direito à coleta seletiva

Ao exercem sua atividade tendo como objetivo imediato a sua sobrevivência, os catadores acabam por realizar um serviço de utilidade pública, tanto no âmbito da coleta do lixo como no campo da reciclagem de materiais que, caso fossem descartados, ocupariam espaço de aterros e lixões, aumentando o volume de resíduos e diminuindo a vida útil desses espaços destinados ao descarte. Benefícios para o meio ambiente, ou, em outras palavras, para a natureza e para a sociedade, surgem, assim, como uma espécie de “efeito colateral positivo” do trabalho dos catadores. Assim, é interessante notar que uma das prescrições incorporadas ao ascendente paradigma ambiental no plano de um discurso considerado correto e recomendável por um crescente número de setores da sociedade contemporânea, qual seja, a realização da coleta seletiva, originou-se da necessidade de sobrevivência de grupos excluídos de uma condição de reprodução da vida assegurada com base nos valores dominantes da sociedade. Os catadores que, no passado, muito antes da instituição da *coleta seletiva* como categoria, realizavam a atividade de separação dos resíduos, foram, então, os pioneiros desse ecologismo urbano referente ao lixo.



Cabe, aqui, então, nos debruçarmos sobre uma das questões norteadoras do presente trabalho: os catadores teriam consciência desse efeito? Como se daria a relação deles com a ação de realizar um serviço de utilidade pública, isto é, haveria reivindicações expressivas pelo reconhecimento de tal trabalho junto ao poder público e também junto à sociedade de uma forma mais geral?

As falas das lideranças entrevistadas, Dona Geralda, Madalena e Gilberto, expressam uma clara reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pelos catadores. O papel pioneiro dos catadores na separação dos materiais que constituem os resíduos é destacado, por exemplo, por Gilberto, como podemos ver a seguir:

A coleta seletiva tem mais de cem anos. [...] A coleta seletiva já existe há muitos anos, muitos anos, só que oficialmente não, né. Agora, assim, a gente acha que se criou, a gente espera que não seja um modismo, criou uma coisa que é a coleta seletiva, ecologia [...] Isso é bom também. (Gilberto, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Nesse sentido, a atividade dos catadores se aproxima muito do que Allier (2009) denomina “o ecologismo dos pobres”. Para o autor, o conflito inevitável entre a ordem econômica dominante e o meio ambiente dá espaço para a constituição do que seria uma terceira corrente do movimento ambientalista, caracterizada, precipuamente, “não (por) uma reverência sagrada à natureza, mas, antes, (por) um interesse material pelo meio ambiente como fonte de condição para a subsistência” (ALLIER, 2009, p. 34). A ética deste segmento, ainda nas palavras do autor, “nasce de uma demanda por justiça social contemporânea entre os humanos” (*idem*).

Ainda segundo o autor, em muitos dos diversos contextos que constituem tal corrente “os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista” (*idem*, p. 39). Com relação aos catadores, observamos que, inicialmente, não há a formulação desse discurso; é mais recentemente que nele é incorporada a *bandeira ambiental*, no contexto da reivindicação pelo reconhecimento dos serviços prestados pela categoria. Assim, no caso das lideranças entrevistadas, a percepção da prestação de serviços ambientais é nítida, mas parece de fato ter vindo depois, como podemos perceber a seguir:

Hoje, o papel dos catadores há longos anos, a gente já presta um serviço ambiental, há muitos anos. E a gente, por falta de informação, por falta de capacitação, a gente não via, muitos catadores não viam isso. Hoje, depois dos programas do governo federal,

do governo estadual, das instituições apoiadoras dos catadores, do movimento, a gente começou a ver isso de outra forma, ver a valorização do nosso trabalho, ver o quanto que o catador é importante no meio ambiente e na sociedade, e pra sociedade em geral. (Madalena, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Aí depois de uns anos é que veio o meio ambiente. Aí nós fizemos passeatas, muitas passeatas, pra conseguir aquele galpão que a gente tem na Contorno, foi no tempo do Patrus, que implantou a coleta seletiva, que deu reconhecimento ao catador. Mas foi muita luta, até hoje nós tamos na luta, né... Agora, com a questão do meio ambiente, as pessoas agora têm visão de meio ambiente, catador também sabe, né, que ele tá preservando o meio ambiente, e nossa vida muda. Mas não foi fácil, foi muito difícil. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Ambas as entrevistadas estabelecem, aqui, uma correlação entre a ascensão do *discurso ambiental* na sociedade e a valorização dos catadores. A esse respeito, cabe afirmar ainda que, se, por um lado, a ascensão do discurso ambiental colaborou para que muitos catadores adquirissem consciência acerca da importância da realização da coleta seletiva, foi também a ascensão desse paradigma que levou, indiretamente, outros setores da sociedade a descobrirem sua importância econômica, fato que nos ajuda a entender o esforço do MNCR em reivindicar o “direito à coleta seletiva”, já que este parece vir sendo ameaçado pela descoberta recente das possibilidades de valorização dos resíduos. Assim, é possível entender a seguinte fala de Dona Geralda:

Aí eu tenho medo também da perca, né. Tudo que valoriza muito perde, né. Então a gente quer segurar isso na nossa mão. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Por outro lado, cabe também considerar que, diante do fato de a prescrição da coleta seletiva e a sua prática estarem longe de serem ainda majoritariamente difundidas na população, os catadores se defrontam com um prejuízo oriundo de motivo oposto àquele mencionado acima: o fato de muitas pessoas não separarem o material, ainda que diante de facilidades para fazê-lo, como descreve Cleide:

Aí tem local que o pessoal já separa o material adequadamente, aí nós temos coleta lá nas gaiolas. Aí dentro da gaiola o pessoal joga o lixo, joga o material da coleta seletiva na lixeira... Aí a gente vê ainda a falta de educação e conscientização da comunidade... E precisa ser feita uma campanha de orientação até o pessoal aprender realmente a necessidade da gente ter a coleta seletiva. (Cleide, em entrevista realizada em 25/11/2011)

O papel de educadora ambiental assumido aqui por Cleide é utilizado com recorrência pelo MNCR em apresentações realizadas para catadores em cursos e oficinas de capacitação. Além disso, termos como “agente ambiental” e “educador ambiental” vêm sendo incorporados também pelas políticas públicas. A reivindicação do direito à coleta seletiva pelo grupo adquire, assim, novos contornos.

Sob o signo da liminaridade: os catadores e a sociedade brasileira

Nesse sentido, os catadores se encontram em uma situação paradoxal: elo fundamental na concretização da cadeia econômica da reciclagem, deixam, muitas vezes, de ter acesso aos próprios produtos criados por ela; vistos, muitas vezes, pela população sob o estigma da sujeira, se representam como os que educam as pessoas a não jogarem o lixo na rua; tratados, historicamente, pelo poder público como marginais, chegando, inclusive, a serem alvo de ações repressoras como as relatadas acima, vêm sendo, recentemente, considerados por várias instâncias das esferas governamentais como os mais aptos para exercer o papel de conscientizadores, junto à sociedade, das questões ambientais; apesar do histórico estrutural de *exclusão* e marginalização, expresso, ainda, por ações de prefeituras municipais que não os veem como parceiros, e sim como inimigos, vêm sendo alvo, também, de tentativas de *inclusão* por meio da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de várias ações efetuadas por agentes do Poder Executivo.

É, então, sempre entre os signos de uma exclusão explícita e de uma inclusão indireta ou incipiente que os catadores se situam na sociedade, o que nos leva, então, a evocar fortemente o conceito de liminaridade conforme proposto por Turner (2008) para elaborar uma abordagem teórica relativa às posições ocupadas pelos catadores na sociedade. A partir de ideias inicialmente introduzidas por Van Gennep (2011), que demonstrou a existência de um período liminar no estudo de diversos rituais, Turner utiliza o conceito de liminaridade para representar também “o ponto intermediário numa entre duas posições da sequência de status” na estrutura social (TURNER, 2008, p. 221). O autor considera, ainda, a possibilidade incipiente de

utilizar o conceito para se descrever também um *estado*, e não apenas uma *passagem* (*idem*, p. 243).

A contraposição entre catadores e sociedade, representando, respectivamente, o limiar da estrutura social e a própria estrutura,³ conforme caracterizado por Turner, é expressa na desavença relativa à própria denominação do grupo: para a maior parte da sociedade, são “catadores de lixo”; para eles mesmos, conforme apontado diversas vezes, são catadores de materiais recicláveis. A diferenciação realizada nesse sentido pelos catadores expressa não apenas uma reivindicação por respeito e reconhecimento, como também já apontado, mas, também, uma contraposição em relação à sociedade no que diz respeito ao tratamento dos resíduos, como podemos ver claramente nos discursos do movimento nacional dos catadores.

Cabe mencionar, aqui, a diversidade de contextos vividos pelos catadores no país. Conquanto muitos deles sejam caracterizados por situações de extrema precariedade, em alguns casos sobressaem condições de maior dignidade e reconhecimento, como o caso da Asmare. Mesmo em tais situações, muitos catadores continuam lutando por mais melhorias. Veja-se, por exemplo, a seguinte fala de Dona Geralda:

A gente trabalha tantos anos sem ser remunerado. E precisa, né. Pra acabar com essa pobreza, só existe uma coisa: material reciclável. Porque tem muita gente que não tem estudo, não tem oportunidade de estudar, mas material reciclável dá essa oportunidade, e vive com dignidade igual qualquer um, né? É o trabalho de igual a qualquer um. (Dona Geralda, em entrevista realizada em 25/10/2011)

Para que o trabalho como catador seja efetivamente validado pela sociedade como “o de igual a qualquer um”, fazem-se necessárias, no entanto, diversas mudanças, algumas já evocadas pela própria Dona Geralda na fala acima. É necessária,

Os catadores se encontram em uma situação paradoxal: elo fundamental na concretização da cadeia econômica da reciclagem, deixam, muitas vezes, de ter acesso aos próprios produtos criados por ela

3. O conceito de estrutura utilizado por Turner se refere a uma noção da sociedade “enquanto um sistema diferenciado, segmentado de posições estruturais” (TURNER, 2008, p. 221).

por exemplo, uma remuneração mais digna (pois tanto para os catadores associados como para os não associados ela é, via de regra, ainda muito baixa) para que o binômio catador/cidadão não se configure como antinomia, e sim como síntese. Tanto os que trabalham na catação por não terem tido outras alternativas (casos, por exemplo, de Madalena e Dona Geralda) como aqueles que escolhem essa profissão em meio a outras possibilidades (casos de Alair e Cleide) devem ter seu trabalho valorizado, respeitado e realizado em condições dignas para que ele se efetive como “um trabalho igual a qualquer um”, não mais característico de “uma situação muito precária”.

Para concluir, gostaríamos de nos voltar uma última vez para a virtualidade da mudança aqui aventada. Se ela se efetivar, ou seja, se os catadores passarem a ser reconhecidos pela sociedade como prestadores de um serviço importante e receberem por isso uma remuneração justa, deixando de ser vítimas frequentes de preconceitos, poderemos dizer que nos encontraremos, então, numa situação de mudança estrutural, conforme também mencionado teoricamente por Turner. Assim, se a reciclagem, efetivamente “der poder” aos catadores, eles poderão, enfim, sair do *status* liminar e passar a um novo estado na sociedade, no qual estarão, então, precisamente como afirma o autor, dotados de “um novo poder, adquirido pela fraqueza da liminaridade que se tornará ativo na vida pós-liminar” (pois não é, exatamente, a absorção de um conhecimento relativo à reciclagem para fins de sobrevivência o que mais especifica os catadores e lhes possibilita viverem tanto tempo nos limiões da sociedade?). Por outro lado, se tais mudanças não forem concretizadas, seja em virtude dos obstáculos já mencionados aqui ou daqueles que advirão potencialmente, a liminaridade permanecerá, então, como um *estado*, até que condições para efetivar a passagem possam um dia surgir na sociedade.

Esperar e contribuir para que elas surjam o mais rápido possível, e para que a passagem ocorra com justiça reconhecidora do trabalho e dos direitos dos catadores, efetivando, assim, também a mudança para uma sociedade globalmente mais justa e sustentável, é o que é necessário fazer.

Referências

- ALLIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2009.
- APPADURAI, A. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____. *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Tradução de Agatha Bacelar. Niterói: Ed. UFF, 2010. p. 15-87.
- CALVINO, I. *Todas as cosmicômicas*. Tradução de Ivo Barroso e Roberta Barni. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DIAS, S. *Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE*. 2002. 206f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002a.
- DIAS, S. Lixo e cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no catador da ASMARE. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002b.
- DIAS, S. M. *Trajetórias e memórias dos Fóruns Lixo e Cidadania no Brasil: experimentos singulares de justiça social e governança participativa*. 2009. 391f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- DOUGLAS, M. *Pureza e Perigo*. Tradução de Mônica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto, sob orientação do Conjunto de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREITAS, M. V. *Entre ruas, lembranças e palavras: a trajetória dos catadores de papel em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005.
- MAGALHÃES, B. *Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira*. 2012. 131f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- MARX, K. *O capital – crítica da economia política*. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 22. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro 1, v. 1.
- MNCR – MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS. Programa de luta e organização nas bases do Movimento. Disponível em: <<http://www.mnocr.org.br/>>. Acesso em: 19 mar. 2012.
- SIMMEL, G. Exchange. In: _____. *On individuality and social forms*. Chicago: The University of Chicago Press, 1971.
- TURNER, V. Passagens, margens e pobreza: símbolos religiosos da *Communitas*. In: TURNER, V. *Dramas, campos, metáforas: ação simbólica na sociedade humana*. Tradução de Fabiano de Moraes. Niterói. EdUFF, 2008. p. 215-252.
- VAN GENNEP, A. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011.